



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13765 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

PLATAFORMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO INSTRUMENTO PARA O FORTALECIMENTO DO PROJETO TERRITORIAL CAMPONÊS

Hellen do Socorro de Araújo Silva - UFPA - Universidade Federal do Pará

Salomão Antônio Mufarrej Hage - UFPA - Universidade Federal do Pará

Dileno - UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

PLATAFORMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO INSTRUMENTO PARA O FORTALECIMENTO DO PROJETO TERRITORIAL CAMPONÊS

Resumo: Este texto objetivou refletir e analisar sobre a agenda de luta construída pelos movimentos sociais e sindicais populares do campo, das águas e das florestas no Brasil e na Amazônia paraense para a construção de resistências ativas e r-existências frente à negação do direito a educação destes povos. A metodologia ancorou-se no materialismo histórico e dialético por compreender o movimento do real e suas contradições em meio ao desmonte das políticas educacionais nos últimos seis anos no Brasil. Realizou-se análise documental tomando como base de investigação documentos elaborados pelo Fórum Nacional de Educação do Campo que expressam as proposições dos movimentos e organizações sociais e sindicais populares consubstanciadas numa agenda que conclama a sociedade brasileira a celebrar os 25 anos do Movimento Nacional de Educação do Campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e continuar lutando para assegurar o direito à Educação dos diversos sujeitos do campo, das águas e das florestas vinculados à afirmação do projeto territorial camponês.

Palavras-chave: Educação do campo, Movimentos sociais, Políticas públicas.

O Movimento da Educação do Campo em 2023 celebra vinte cinco anos de mobilização dos sujeitos do campo, das águas e das florestas, reunindo seus movimentos e organizações sociais e sindicais populares com as universidades públicas e outros aliados para assegurar o direito à educação pública e de qualidade, socialmente referenciada, ofertada presencialmente nos seus territórios e vinculada ao fortalecimento das lutas pela democratização da Terra, superação das desigualdades sociais e construção de outras

referências de sociabilidade a partir da organização das classes trabalhadoras e populares.

Ainda que em tempos adversos, como os que vivenciamos no Brasil desde 2016 com a ruptura política, que impediu a continuidade do governo da presidenta Dilma Rousseff e retrocedeu os avanços conquistados pela sociedade brasileira, é que este Movimento tem se feito notar pelo confronto com as referências de sociabilidade do sistema capitalista, assentadas na exploração dos seres humanos para extração permanente de mais-valia; em meio às lutas pela construção de um outro projeto de sociedade, em que prevaleça a solidariedade e a justa distribuição social da riqueza construída coletivamente pelos seres humanos.

O estudo que subsidiou este texto, tem o apoio do CNPQ e objetivou refletir e analisar sobre a agenda de luta construída pelos movimentos sociais e sindicais populares do campo, das águas e das florestas no Brasil e na Amazônia paraense para a construção de resistências ativas e r-existências frente à negação do direito a educação destes povos.

A metodologia ancorou-se no materialismo histórico e dialético por compreender o movimento do real e suas contradições em meio ao desmonte das políticas educacionais nos últimos anos no Brasil. E como base de análise para os resultados aqui socializados, realizou-se investigação documental a partir dos documentos elaborados pelo Fórum Nacional de Educação do Campo-FONEC, em que se consubstancia a agenda de lutas e mobilizações em todo o país pela garantia do Direito à Educação dos diversos sujeitos sociais camponeses.

Deu-se destaque neste momento aos documentos: “*Resistência ativa: a Educação do Campo e os desafios para 2022*” e “*Plataforma da Educação do Campo para o governo Lula*”, pois neles, o FONEC reuniu as proposições mais significativas, construídas coletivamente para o enfrentamento da correlação de forças instaladas no Brasil nos últimos anos frente ao desmonte dos direitos conquistados. A Plataforma da Educação do Campo, tornou-se pública no dia 01 de maio de 2022, dia mundial de luta dos trabalhadores e trabalhadoras e foi referendada na reunião ampliada do FONEC em Brasília, em novembro de 2022.

Ao longo de sua existência, o Movimento da Educação do Campo tem reivindicado Educação emancipadora, que forme todos os seres humanos para viver com todos os seus direitos assegurados, respeitando as diferenças e a igualdade, e confrontando com a padronização e as desigualdades sociais. Estas se acirram com os processos de mercantilização da vida e da educação, protagonizados pelos agentes do negócio com suas estratégicas parcerias público-privadas, para transformar o campo num espaço de produção de mercadorias ao invés de ser um território de produção da vida, de convivência e relações sociais para o desenvolvimento dos seres humanos; e são responsáveis pelo desmonte das políticas públicas e dos direitos sociais, intensificado no governo Bolsonaro e com a pandemia do Covid-19.

Nas políticas governamentais estabelecidas desde o governo Temer, o Programa

Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), os cursos de Licenciatura em Educação do Campo, e os Institutos Federais tem enfrentado cortes significativos no orçamento, que inviabilizam na prática sua existência ou potencialidade. A Educação Básica também tem enfrentado problemas de financiamento para que as políticas e programas educacionais sejam implementados nas redes públicas de ensino, principalmente nos territórios do campo, especialmente a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que impôs o teto dos gastos às políticas sociais e reduziu drasticamente os investimentos na Educação Pública, nas Universidades e Institutos Federais.

Com a eleição de Lula presidente (2022), vivemos um cenário diferenciado, com possibilidades de reconstrução do país, num esforço conjunto para superar as históricas desigualdades sociais e educacionais impostas às populações do campo, das águas e das florestas advindas da implementação de um modelo de desenvolvimento que sempre privilegiou os territórios urbanos em detrimentos dos rurais; mas com imensos desafios para a afirmação dos princípios democráticos da sociedade e da educação pública, assegurados na Constituição Federal e das especificidades da Educação do Campo, reconhecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo e no Decreto n.º 7.352/2010.

As formulações do Movimento da Educação do Campo, sob a liderança do FONEC, precisaram lançar mão do uso das tecnologias da informação e comunicação para dar prosseguimento ao processo de mobilização social, imprescindível durante os tempos difíceis de expansão da Covid 19 desde março de 2020.

Neste contexto, o FONEC reuniu continuamente e ampliou sua coordenação com a participação de lideranças dos movimentos sociais, dos comitês e fóruns estaduais e das universidades públicas, atingindo representação de todas as regiões brasileiras e de vinte e três estados e do Distrito Federal. Essa situação, requereu do FONEC a necessidade de pautar sua organicidade, para aperfeiçoar os mecanismos de participação e potencializar sua atuação, tratando adequada e democraticamente dos temas da Educação do Campo. (FONEC, 2020)

Com isso, dois movimentos de ação foram encaminhados: a) Articulação por região, com a realização de reuniões periódicas e à medida das demandas e necessidades; e b) Organização da Coordenação Nacional em Frentes, para melhor aproveitar seus quadros militantes e a diversidade de intelectuais orgânicos que possui nos mais diversos temas que a Educação do Campo enfrenta na atualidade.

As Frentes criadas com a participação de lideranças dos Fóruns/Articulações/Comitês de Educação do Campo nos estados foram as seguintes: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária; Licenciaturas em Educação do Campo; Defesa das Escolas do Campo e Institutos Federais. Essas quatro frentes, incluindo a questão do *Financiamento da Educação do Campo* e da *Formação e Comunicação*, constituem as demandas mais recorrentes que o Movimento da Educação do Campo tem pautado para afirmar-se como resistência e r-

existência na construção da contra hegemonia à ofensiva neoliberal e conservadora em curso no país. (MEDEIROS & HAGE, 2020)

O legado político-organizativo que expressa os desafios e os compromissos assumidos para que os direitos educacionais nos territórios sejam assegurados, pode ser evidenciado na “*Plataforma de Educação do Campo*” para a agenda política do Governo Lula, dos governos estaduais e parlamentares eleitos, onde o FONEC reuniu proposições para afirmar as Políticas Públicas de Educação do Campo e dotá-las de potencialidade na garantia do Direito à Educação dos povos do campo e para o fortalecimento do projeto territorial camponês. (FONEC, 2022)

Com a análise mais ampla e discussão dos resultados, encontramos na Plataforma, as proposições que evidenciam a presença dos seguintes eixos de intervenção do Movimento da Educação do Campo, neste período mais recente, em seu processo de mobilização e de lutas:

1) *Enfrentamento pela revogação de legislações que negam ou invisibilizam a sociodiversidade dos territórios do campo*, como é o caso, da BNCC e BNC – Formação, e da Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar- MNCCDE, com exigência de um posicionamento do MEC, CONSED, UNDIME e Conselhos de Educação frente as desigualdades sociais e manutenção da qualidade da educação no retorno à escolarização pós-pandemia, contra a Educação à Distância (EAD), ensino híbrido, ensino domiciliar e militarização das escolas, com destaque para a luta pela revogação da Reforma do Ensino Médio instituída pela Lei 13.415/2017, por se apresentar distante da realidade das comunidades, com viés gerencialista, excludente e urbano-cêntrico de educação.

2) *Denúncia contra o Fechamento de escolas e fortalecimento da escola pública do campo*, face às decisões arbitrárias e irresponsáveis tomadas pela gestão de estados e municípios que insistem com o fechamento das escolas, aplicando a política de nucleação vinculada ao transporte escolar, que nega o direito à educação aos povos do campo, das águas e das florestas e impõe um perverso processo de desumanização dos sujeitos para acessar as escolas. As juventudes têm sido muito penalizadas nesse cenário, enfrentando vários desafios para continuar os estudos, trabalhar e permanecer em seus territórios. O Movimento da Educação do Campo tem apresentado enquanto ações de resistência e r-existência algumas campanhas em defesa da escola pública do campo, como: “Fechar Escola é Crime!”, “Raízes se Formam no Campo: Educação Pública e do Campo é um Direito Nosso”; e “Escola é Vida na Comunidade”, como também, experiências de formação em alternância nas escolas de Ensino Médio e nos cursos de Educação Superior! (FONEC, 2022)

3) *Formação de educadores, financiamento e controle social das políticas e ações da Educação do Campo*, incluídas na agenda da Plataforma, onde o Estado é pautado e demandado pelos movimentos sociais, para assegurar a essencialidade do processo, com o acionamento de instâncias fiscalizadoras e reguladoras, como o “Ministério Público Federal e Estadual, a Defensoria Pública Federal e nos estados e municípios, as Assembleias

Legislativas e Câmaras Municipais” (FONEC, 2022) para fazer cumprir as legislações e as políticas públicas que visam assegurar os direitos dos sujeitos do campo.

A “campanha Nacional em Defesa do PRONERA é um bom exemplo de pressão sobre o INCRA para assegurar o financiamento e a continuidade aos cursos em execução, ampliando a oferta de novos cursos e articulando emendas orçamentárias para incremento do orçamento do Programa” (FONEC, 2022).

As políticas voltadas para a formações dos educadores e educadoras do campo também foram ameaçadas nos últimos anos, tanto com relação à diminuição drástica no seu orçamento quanto pela aprovação no Conselho Nacional de Educação, em 2019, das “novas” Diretrizes para a Formação dos Educadores, instituindo a BNC-Formação, alinhada à Base Nacional Comum Curricular, que impõe uma formação generalizante, homogeneizadora, padronizadora que deslegitima as diversidades socioculturais, territoriais, inclusivas, de gênero e raça e as desigualdades produzidas historicamente.

Essas “novas” diretrizes tendem a secundarizar a formação teórica e estimular os processos formativos sintonizados com as lógicas do mercado de trabalho, da precarização das condições de trabalho, das plataformas virtuais e da crescente informatização e substituição do trabalho docente, e de criação de funções de monitores, colaboradores e não de mediadores do processo de ensino aprendizagem; opondo-se ao que defende o Movimento da Educação do Campo com relação à política de formação dos educadores.

Isso tudo impede de avançar a luta dos estudantes e egressos da Licenciatura em Educação do Campo na criação de cargos específicos para professor e professora das escolas do campo, a ser garantido nas legislações específicas e conseqüentemente, a oferta do Concurso Público com inclusão do perfil dos cursos interdisciplinares e da formação por área de conhecimento” (FONEC, 2022).

Concluimos este estudo pontuando a importância das ações do Movimento Nacional de Educação do Campo na formulação de Políticas e Práticas de caráter contra hegemônico imprescindíveis para o fortalecimento do projeto territorial camponês, que expressam a dimensão propositiva com que o Movimento vem incidindo na Educação Básica e Superior, com suas alianças envolvendo as diversas esferas governamentais, na oferta de programas como: Escola da Terra, Projovem Campo Saberes da Terra, Licenciatura em Educação do Campo, Pronera e muitas outras experiências que se fortalecem com a produção do conhecimento nas universidades públicas, com criação de grupos e linhas de pesquisas e elaboração de trabalhos acadêmicos que consolidam a Educação do Campo como matriz de formação construída com os movimentos sociais e sindicais populares do campo.

Referências

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FONEC). **Plataforma da Educação do Campo para o governo Lula**. Brasília, 09 de novembro de 2022. Disponível em: <<https://fonec.org/>>. Acesso em: 08 abril. 2023.

_____. **Resistência Ativa: A Educação do Campo e os desafios para 2022.** Brasília, DF, 01 de maio de 2022. Disponível em: <<https://fonec.org/>>. Acesso em: 09 abril. 2023.

_____. **Carta Circular FONEC n.º 05/2020.** Organicidade do Fonec. Brasília, DF, 22 de junho de 2020. Disponível em: <<https://fonec.org/>>. Acesso em: 9 mar. 2023.

_____. **CARTA-MANIFESTO 20 anos da educação do campo e do Pronera.** 15 de junho de 2018. In: MEMÓRIA dos 20 anos da educação do campo e do Pronera. Brasília: Universidade de Brasília; Cidade Gráfica, 2018. p. 340-347. Disponível em: <<https://fonec.org/>>. Acesso em: 9 mar. 2023.

MEDEIROS, Evandro & HAGE, Salomão. Em Tempos de Pandemia e Autoritarismo Político: O Movimento de Educação do Campo Re-Existe na Luta pela Democratização do Estado e ampliação de Direitos. IN: MARINHO, Luciélío & AMORIM, Roseane Maria de (organizadores). **Pesquisas e práticas educativas: desafios e possibilidades no século XXI** / Roseane Maria de Amorim. João Pessoa: Editora UFPB, 2020